

APRESENTAÇÃO

BOLETIM CENTRO DE ESTUDOS

Foi com grande alegria que recebi o convite para apresentar os trabalhos deste volume do *Boletim do Centro de Estudos*, periódico que reúne trabalhos de excelência, com as mais variadas temáticas, elaborados por procuradores do Estado. Por intermédio da sua Comissão Editorial, ou em razão de indicação das Subprocuradorias, o Centro de Estudos divulga neste volume textos que contemplam matérias de direito ambiental, direito constitucional, direito à saúde, direito do trabalho e precedentes, todos com abordagem interdisciplinar e contemporânea.

Devo ressaltar que é um privilégio participar da apresentação deste *Boletim*, assim como participei das atividades rotineiras do Centro de Estudos por um curto, mas profícuo, tempo. As publicações do Centro de Estudo, como as que ora apresento, primam por conterem textos profundos, interessantes e palpitantes, valorizam a produção intelectual dos autores e são fonte de pesquisa e conhecimento para toda a comunidade jurídica.

O trabalho *A advocacia pública estruturante e a promoção da justiça ambiental* aborda a atuação da advocacia pública na concretização de direitos fundamentais, em especial os relacionados ao meio ambiente. Trata-se de tema de grande relevância atual e que merece ter a mais ampla divulgação, principalmente em razão do prisma destacado pelo autor, de suscitar a reflexão crítico-constructiva sobre a necessidade de construir uma cultura de advocacia pública estruturante, estabelecer a ideia de reequilíbrio dos danos ambientais e, assim, realizar a justiça ambiental para grupos sociais.

O texto *Repartição constitucional de competências para adoção de medidas protetivas da saúde pública no enfrentamento do coronavírus* tem por objeto a análise de questões concretas que marcaram a história recente da humanidade. Cuidou da possibilidade – ou não – de imposição de medidas restritivas para a proteção da saúde pública no combate à pandemia do coronavírus e de qual ente federado teria competência para efetivá-las, à luz da Constituição Federal. O artigo apresenta as discussões geradas nos planos teórico e prático, que, inclusive, foram analisadas e julgadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Tem-se, também, a análise de temas que envolvem direitos fundamentais, tais quais saúde e liberdade, e normas constitucionais.

Ainda sob o prisma de temas contemporâneos, o artigo *Virada tecnológica, litigiosidade repetitiva e precedentes vinculantes: análise sob a ótica do Estado enquanto litigante habitual* discorre sobre o impacto do avanço da tecnologia na litigiosidade de massa, o uso de técnicas de inteligência artificial no sistema da Justiça e os precedentes vinculantes. Com uma análise teórica, mas voltada à aplicação estratégica de ordem prática, o texto apresenta o sistema de formação de precedentes vinculantes – incrementado com o Código de Processo Civil de 2015 – e as ferramentas tecnológicas como instrumentos a serem utilizados no fortalecimento da posição estratégica dos litigantes habituais. As questões expostas pela autora se inserem em um universo extremamente atual e controverso, e nos apresentam a um novo cenário do contencioso de massa à luz do uso da tecnologia, em um inexorável futuro bem próximo.

O artigo *Da violação à Constituição por decisões estendendo verbas e vantagens concedidas pelo CRUESP aos empregados das instituições de ensino autônomas vinculadas às universidades estaduais paulistas e a instituição de Grupo de Trabalho a fim de viabilizar o ajuizamento de múltiplas ações rescisórias* foi fruto do estudo do precedente gerado pelo STF no julgamento do ARE nº 1.057.577/SP e das possíveis medidas judiciais cabíveis para evitar a concretização de decisões em ações trabalhistas proferidas em sentido contrário à decisão do STF, que haviam transitado em julgado. O texto expõe não apenas as discussões jurídicas que envolviam o caso concreto – o que, por si só, motiva a sua leitura –, mas também a conveniência e a proficuidade na criação de um grupo de trabalho para fins de estudo do tema, triagem de processos e propositura de ações.

Em suma, pode-se afirmar que os textos que ora são publicados são resultado da observação de interessantes questões jurídicas contemporâneas e de casos práticos que necessitavam de solução não convencional, apresentam ponderações fundamentadas e, por isso, conduzem o leitor à reflexão sobre temas atuais de grande relevância.

Boa leitura!

CLÁUDIA A. CIMARDI
Procuradora do Estado